

SAÚDE E SEGURANÇA: PERCEPÇÃO DO RISCO NO COTIDIANO DO TRABALHO. *Pablo Antonio Rodrigues, Caroline Biehl, Lilian Weber, Carmem Ligia Iochins Grisci (orient.)* (UFRGS).

Propomos ressaltar a questão da saúde e segurança no trabalho como relevante e desafiadora aos profissionais da área diante dos atuais modos de trabalhar que acentuam as características de velocidade e urgência. Este trabalho resulta de um estudo exploratório descritivo realizado com um grupo de 31 arquitetos e engenheiros cursando especialização em engenharia de segurança do trabalho. Visa compreender a percepção e a atuação deste grupo frente aos riscos no cotidiano do trabalho. Os dados foram coletados a partir de questionário e de uma atividade de recorte e colagem realizada em subgrupos. A análise dos dados deu-se à luz da psicodinâmica do trabalho e do trabalho imaterial. Os resultados indicam que a percepção do risco para este grupo associa-se em especial à temporalidade vigente no que diz respeito aos aspectos da instantaneidade e urgência, e também à culpabilização do funcionário acidentado. A atuação desses profissionais por vezes encontra-se comprometida diante da pressão pelas metas de produtividade da empresa e o sentimento de impotência diante disso nem sempre é compartilhado. (PIBIC).

113

A LIVRARIA ÉRICO VERÍSSIMO: O IMAGÉTICO DA CULTURA ORGANIZACIONAL. *Rafael Derois Santos, Neusa Rolita Cavedon (orient.)* (UFRGS).

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar as contribuições que a Antropologia Visual pode trazer para as pesquisas que contemplem a temática da cultura organizacional no campo da Administração. Para tanto, realizou-se uma pesquisa etnográfica na livraria Érico Veríssimo, localizada no centro de Porto Alegre, no intuito geral de identificar e compreender as características intrínsecas deste estabelecimento marcado pela compra e venda de obras científicas e literárias novas e usadas. Optou-se por assumir a posição de Achutti acerca da fotoetnografia como uma linguagem que pode substituir a prática da escrita em trabalhos científicos. Os resultados referem-se a apontamentos parciais de uma pesquisa em desenvolvimento, onde a organização espacial e o arranjo estético foram enfatizados. (PROBIC).

Sessão 15

Direito Civil, Empresarial e Propriedade Intelectual

114

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELA INCOLUMIDADE DE DETENTOS EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS NO BRASIL. *Fernanda Fraguas Schenkel, Natália Vitt Bruschi, Fernanda Nunes Barbosa (orient.)* (UniRitter).

O projeto baseia-se, principalmente, na coleta de dados jurisprudenciais que buscam evidenciar a existência de responsabilidade civil do Estado; quando ela ocorre, em que situações e quando ela se exclui. A doutrina serve apenas como um mecanismo teórico, no qual se extrai conceitos. Com o projeto de pesquisa buscamos verificar em que casos o Estado responde pela incolumidade de detentos nos estabelecimentos prisionais brasileiros e qual o tipo de responsabilidade estatal. A metodologia adotada foi basicamente a pesquisa jurisprudencial, de julgados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – TJRS e do Supremo Tribunal Federal – STF. Os objetivos atingidos refletem-se na possibilidade de responder, ao menos em parte, o problema abordado no projeto de pesquisa. E de acordo com a maioria das jurisprudências estudadas, a resposta é positiva.

115

A ABRANGÊNCIA DO CONCEITO DE JUSTO TÍTULO COMO REQUISITO PARA O RECONHECIMENTO DO USUCAPIÃO ORDINÁRIO NA JURISPRUDÊNCIA E NA DOUTRINA. *Angela Mara Ribeiro D'avila, Paloma Goulart Peres, Sabrina dos Santos Velasques, Fábio Siebeneichler de Andrade (orient.)* (UniRitter).

O principal traço distintivo entre o usucapião extraordinário e ordinário é a exigência legal, para o último, dos requisitos do justo título e da boa-fé. Orientado pelo objetivo de definir os elementos indispensáveis a composição do justo título, o presente trabalho buscou, na doutrina e na jurisprudência, referenciais para sua melhor delimitação, uma vez que o atual conceito é amplo e pouco determinado, dando margem a confundi-lo com o requisito da boa-fé. Como resultado, vislumbrou-se a impossibilidade da construção de um conceito estanque, sendo suficiente o já existente. Percebe-se, no entanto, que há, na verdade, uma dificuldade na compreensão desse conceito, o qual, embora não seja capaz de apontar um rol taxativo das espécies de justo título, consegue elencar as hipóteses em que o mesmo não se verifica. Desse modo, a pesquisa tratou de defini-las.

116

A CLÁUSULA PENAL NO CONTRATO DE TRABALHO DO ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL. *Rodrigo Francisco Cozer, Wanderley Godoy Junior (orient.)* (UNIVALI).

A cláusula penal se apresenta como meio de que se servem os sujeitos do contrato para garantir a responsabilidade pela inadimplência culposa da obrigação contratual, insurgindo, na órbita da teoria da responsabilidade contratual. A referida cláusula surgiu para o contrato de trabalho do atleta de futebol profissional com a extinção do passe e a vigência da Lei 9.615/98 (art. 28, *caput*), acrescida das Leis 9.981/2000 e 10.672/2003. Para a investigação do objeto e como meio de atingir o objetivo proposto, adotou-se o método indutivo. A técnica de pesquisa utilizada foi a pesquisa bibliográfica doutrinária e jurisprudencial. Foram acionadas também as técnicas do